

GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO – 2000 A 2005

LEONARDA MUSUMECI*, GABRIEL FONSECA DA SILVA** E GREICE MARIA S. DA CONCEIÇÃO***

“Não tem turistas

Não sai foto nas revistas

Lá tem Jesus

E está de costas...”

Chico Buarque, Subúrbio

Este artigo focaliza a distribuição espacial de sete tipos de ocorrências violentas registradas pela polícia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no período 2000-2005. A partir da subdivisão da RMRJ em nove áreas, procura ressaltar o fato de que os problemas de segurança estão distribuídos muito desigualmente no interior da capital e do seu entorno – uma percepção freqüentemente ofuscada pelo debate genérico sobre a “violência carioca” ou pela maior exposição jornalística dos crimes que ocorrem nas zonas “nobres” do Rio. Procura também evidenciar a importância de comparações no espaço, não apenas no tempo, para o embasamento de políticas públicas de redução e prevenção da violência.

Diversos estudos já sublinharam as grandes diferenças observáveis nas taxas de homicídios dolosos quando se consideram distintas partes das cidades e das regiões metropolitanas.¹ A RMRJ não foge à regra: de modo geral, zonas mais ricas têm taxas de violência letal bem menores do que subúrbios, periferias ou áreas com grande concentração de favelas. Mas isso não vale apenas para homicídios; vale também para delitos violentos contra o patrimônio, que se poderia imaginar mais freqüentes nas zonas ricas, onde haveria maiores oportunidades de ganho para os criminosos. Ao contrário, como veremos, são quase sempre as mesmas áreas que apresentam as maiores participações no total de homicídios e nos registros de crimes violentos “com fins lucrativos”.

Na verdade, os indicadores de violência, inclusive de violência letal, são altos em todas as áreas da região metropolitana fluminense, se avaliados por padrões europeus ou mesmo pelo de algumas metrópoles dos EUA. Em 2004, por exemplo, a menor taxa de homicídios da região, registrada na Zona Sul do Rio de Janeiro (16,7 por cem mil habitantes), correspondia a cinco vezes a taxa média registrada na cidade de Londres (2,8 por cem mil) e a mais que o dobro da registrada em Nova York (7 por cem mil).² Patamares tão elevados, seja para os homicídios ou para outros crimes, sem dúvida justificam a preocupação geral com a violência no Rio de Janeiro, incluindo a que ocorre nas zonas mais ricas da cidade. Entretanto, quando se observa a forte concentração de vários tipos de ocorrências em três ou quatro áreas da RMRJ e, dentro delas, em um certo número de circunscrições

* Professora do Instituto de Economia da UFRJ e coordenadora da área de Criminalidade e Violência do CESeC.

** Estatístico do CESeC.

*** Estatística do CESeC.

policiais, fica evidente o impacto que poderia ter na redução dos níveis gerais de violência o direcionamento de políticas preventivas para essas áreas, via de regra (e não por acaso) as mais carentes da presença do Estado e de serviços públicos essenciais.

Delimitação das áreas

Desde 2001, o CESeC sistematiza e divulga no seu site³ as informações que o Instituto de Segurança Pública (Isp) da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro publica mensalmente no Diário Oficial e na internet.⁴ Um dos intuitos desse esforço de sistematização é justamente enfatizar a visão comparativa, no tempo e no espaço, dos problemas de segurança da cidade e do estado do Rio, tal como retratados pelos registros policiais. Para tanto, o site divulga, além de séries históricas, mapas temáticos, relativos ao último ano concluído, mostrando a distribuição de vários indicadores de criminalidade e violência por circunscrições da polícia (delegacias distritais e Áreas Integradas de Segurança Pública – Aisps) na capital e no estado.

As informações assim organizadas têm servido de base para alguns trabalhos do CESeC e de outros centros de pesquisa, bem como para a elaboração ou complementação de matérias jornalísticas sobre os problemas de segurança no Rio de Janeiro. No início de 2006, por solicitação do jornal O Globo, agregamos as circunscrições policiais em 10 zonas maiores, correspondentes *grasso modo* às áreas cobertas pelos cadernos de bairro que o jornal publica semanalmente: Baixada, Barra, Centro, Ilha, Niterói, Serra, Tijuca, Zona Norte, Zona Oeste e Zona Sul. O objetivo era traçar o perfil da segurança de cada área, a ser divulgado nos respectivos cadernos, e ao mesmo tempo ressaltar as diferenças entre as 10 áreas em reportagem a ser publicada na Editoria Rio, na mesma semana, contendo dados comparativos e opiniões de especialistas no tema.⁵

O estudo que apresentamos aqui se originou desse trabalho de reorganização dos dados segundo recortes espaciais mais abrangentes e mais próximos da percepção de senso comum do que as circunscrições de delegacias e Aisps, normalmente adotadas como unidades geográficas nas análises de estatísticas policiais. Procedemos, entretanto, a algumas mudanças na delimitação das áreas feita para o jornal e centramos o foco na Região Metropolitana, que ficou subdividida em 9 zonas – Centro, Zona Sul, Barra/Jacarepaguá, Zona Norte 1, Zona Norte 2, Zona Oeste, Ilhas, Baixada Fluminense e Niterói/S. Gonçalo –, mostradas no mapa abaixo e descritas detalhadamente no Anexo 1.⁶ Cabe ressaltar aqui algumas peculiaridades desse recorte:

- Os bairros de São Conrado, Rocinha e Vidigal foram incluídos na Zona Sul, por pertencerem à circunscrição da 15^a DP, que também engloba Gávea, Jardim Botânico e Lagoa.
- A região “Ilhas” abrange Governador, Fundão e Paquetá, todas pertencentes à circunscrição da 37^a DP.
- Da região “Centro”, além do bairro de mesmo nome (1^a e 5^a DPs), fazem parte os de Santo Cristo, Gamboa e Saúde (circunscrição da 4^a DP), mas não o de Santa Teresa (7^a DP), que foi incluído na Zona Sul.

Figura 1

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: RECORTE DAS ÁREAS



Como se observa na Figura 1 e na Tabela 1, as regiões não são homogêneas nem na dimensão territorial nem na demográfica, o que torna necessário, em certos casos, considerar também dados desagregados por municípios ou por circunscrições policiais. Outros aspectos que é preciso ressaltar, antes de passarmos à análise da distribuição espacial da violência, dizem respeito à fonte de informações e aos indicadores utilizados.

Tabela 1

**POPULAÇÃO RESIDENTE ESTIMADA EM 2005, POR ÁREAS
(NÚMEROS ABSOLUTOS E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)**

	NÚMEROS ABSOLUTOS	PARTICIPAÇÃO (EM %)
BAIXADA	3.709.214	23,7
ZONA OESTE	1.933.050	12,4
NITERÓI/ S. GONÇALO	1.528.776	9,8
ZONA NORTE 2	1.309.173	8,4
ZONA NORTE 1	1.295.596	8,3
BARRA/ JACAREPAGUÁ	756.841	4,8
ZONA SUL	652.804	4,2
ILHAS	230.844	1,5
CENTRO	56.011	0,4
INTERIOR DO ESTADO	4.148.028	26,6
TOTAL	15.620.336	100,0

Fonte: Estimativas do ISP/SSP-RJ, com base em dados do IBGE.

**Informações de
segurança no
estado do
Rio de Janeiro:
avanços e
limitações**

Como já dito, os dados que utilizamos aqui são aqueles provenientes dos registros de ocorrência da Polícia Civil, divulgados pela secretaria de segurança estadual, abrangendo o período de 2000 a 2005. Embora haja informações para anos anteriores, é só a partir de meados de 1999, com a criação das Aisps e o redesenho das circunscrições policiais, que se torna possível utilizá-las para comparações entre zonas da capital, e destas com outras áreas do estado, visto que antes não existia nenhuma correspondência entre os recortes geográficos utilizados pela polícia e os limites oficiais dos bairros e das regiões administrativas da cidade.⁷

Foi também em meados de 1999 que o governo do estado passou a publicar mensalmente no Diário Oficial e na internet números referentes a alguns tipos de ocorrências, desagregados por Aisps e por delegacias distritais. Isso representou um grande avanço na divulgação de informações dessa área, sendo hoje o Rio de Janeiro uma das poucas unidades federativas que publica regularmente estatísticas oficiais de criminalidade e violência. Cabe ressaltar ainda que, nos últimos anos, foi-se ampliando o conjunto de indicadores divulgados e tem-se empreendido um esforço para melhorar a qualidade dessas estatísticas, com a assessoria de pesquisadores especializados no assunto.

Mas, por outro lado, a política de transparência da informação traçada em 1999 não foi posta inteiramente em prática e até hoje é muito difícil, quando não impossível, para a maioria dos pesquisadores, o acesso a outros dados que não aqueles selecionados para publicação. Ao contrário do que estava inicialmente previsto, as planilhas completas e o banco de dados da Polícia Civil não se tornaram acessíveis a todos, nem tampouco os relatórios estatísticos da Polícia Militar fluminense. Isso impede não só o mapeamento de outros tipos de ocorrências criminais e não-criminais registradas por ambas as polícias, como o conhecimento de variáveis indispensáveis à análise dos problemas de segurança: por exemplo, sexo e idade das vítimas e autores de delitos; horários e locais em que estes foram praticados, número de policiais ativos por circunscrição, e assim por diante. As informações publicadas, além disso, abrangem apenas os registros das delegacias distritais, não das especiais – o que em alguns casos se justifica, para evitar dupla contagem, mas em outros gera uma perda considerável de informações (é o que ocorre, por exemplo, com os crimes sexuais, as lesões corporais dolosas e as ameaças, registrados em grande proporção nas Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher - Deams).⁸

Essas e outras dificuldades têm impossibilitado, no Rio de Janeiro, a realização de estudos minuciosos de padrões e dinâmicas da criminalidade, *hot spots* (pontos concentradores de delitos) e vulnerabilidade às diversas formas de violência, que já vêm sendo desenvolvidos em Minas Gerais e São Paulo, mas que demandam informações com nível muito maior de desagregação do que as fornecidas no Rio até o momento. Quando se trata de análise da distribuição espacial das ocorrências, como neste artigo, um dos problemas sérios é não se poder agregar os dados a partir de unidades inferiores às circunscrições de delegacias policiais, que quase sempre abrangem diversos bairros ou mesmo municípios inteiros.

Os indicadores Para traçar a geografia da violência na RMRJ, selecionaram-se os sete tipos de ocorrências seguintes: dois crimes violentos contra a pessoa (homicídios dolosos e lesões corporais dolosas); quatro modalidades de crimes violentos contra o patrimônio que afetam muito fortemente o sentimento de segurança da população (roubo de veículo, a transeunte, a residência, em transporte coletivo) e um indicador de violência policial (autos de resistência, que registram mortes de civis pela polícia). Adicionalmente, usou-se a razão roubos/furtos de automóveis como forma de medir o “teor” de violência empregado para o mesmo fim (subtrair o veículo) em cada uma das áreas.

Nunca é demais lembrar que, salvo no caso dos homicídios e dos roubos e furtos de veículos, os registros policiais representam apenas uma pequena parcela do que ocorre no cotidiano, só sendo possível estimar essa parcela por meio de pesquisas domiciliares de vitimização. Como tais pesquisas não são realizadas com regularidade, não sabemos como variam no espaço e no tempo as taxas de registro, logo temos de supô-las razoavelmente constantes para que a comparação espacial ou temporal dos dados policiais faça sentido.⁹

Os homicídios dolosos constituem exceção por serem de notificação obrigatória e também porque, nesse caso, as estatísticas policiais podem ser controladas pelas de outra fonte, o Datasus/Ministério da Saúde. Vale ressaltar, porém, que, desde o início dos anos 1990, aumentaram expressivamente no estado do Rio as ocorrências de “pessoas desaparecidas”, muitas das quais são vítimas do tráfico de drogas ou da própria polícia, cuja morte não chega a ser registrada como homicídio nem nos dados policiais nem nos do Datasus – o que talvez esteja contribuindo para ampliar a distância entre a realidade da violência letal e os indicadores oriundos de ambas as fontes.

Por seu turno, as estatísticas policiais de roubos e furtos de veículos podem ser consideradas bastante representativas, uma vez que o registro em delegacia desse tipo de crime se faz necessário, quer para o recebimento de seguro, quer para proteger o(a) proprietário(a) do envolvimento em outros delitos que porventura os ladrões do veículo venham a praticar.¹⁰ O oposto ocorre com os demais crimes contra o patrimônio e com as lesões corporais dolosas, que tradicionalmente têm baixos índices de notificação (no último caso, há ainda o problema já mencionado da perda de informação decorrente da não-consideração das Deams nas estatísticas do Isp). Mesmo assim, incluímos esses tipos de delitos entre os nossos indicadores, por expressarem, ainda que parcialmente, importantes e distintas facetas da violência manifestas no dia-a-dia da população metropolitana fluminense.

Sublinhe-se também que os autos de resistência, único indicador disponível para violência policial, reportam somente as mortes de civis oficialmente reconhecidas e atribuídas a confrontos, não sendo estimável o número de execuções e extermínios praticados mas não registrados pela polícia, nem tampouco a violência policial que não resulta em morte das vítimas.

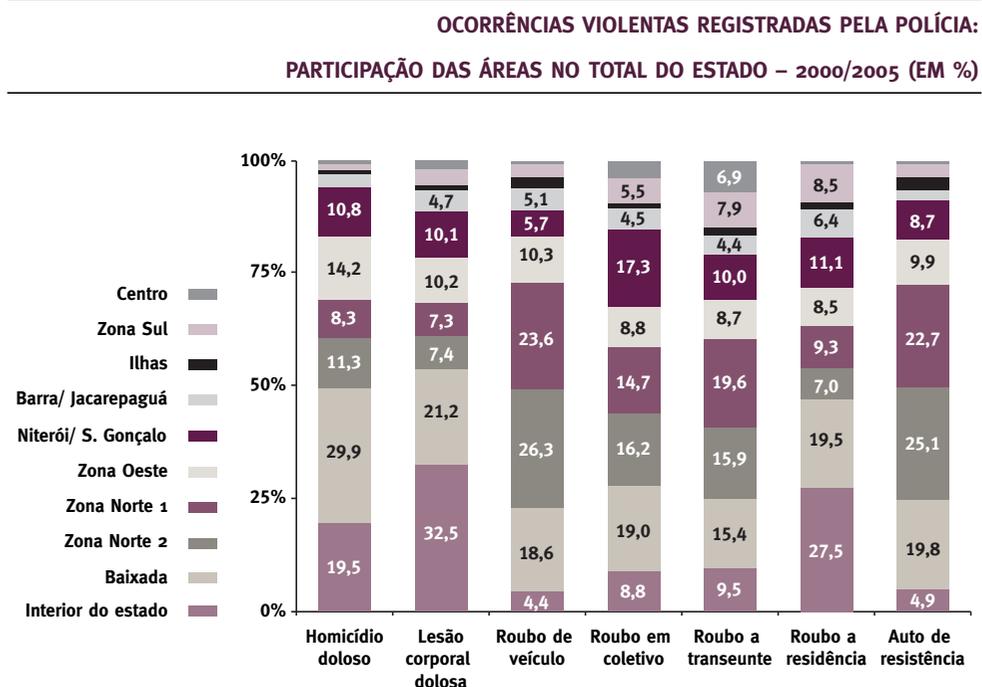
Finalmente, há que lembrar as restrições ao uso de taxas por cem mil habitantes quando se focalizam subáreas dentro de uma cidade ou região metropolitana, em virtude do deslocamento cotidiano de grandes contingentes populacionais de uma área para outra. Como não há estimativas

dessas flutuações, o uso da população residente como ponderador pode resultar em índices muito distorcidos, sobretudo para algumas áreas e especialmente no caso de certos crimes contra o patrimônio (roubo de veículo, a transeunte, em coletivo) cujas vítimas são pessoas em trânsito, freqüentemente agredidas fora das suas zonas de residência. Por esse motivo, devem ser usadas com muita cautela as taxas por cem mil habitantes que apresentamos neste trabalho, mesmo tendo sido calculadas apenas para os crimes contra a pessoa, e mesmo tendo-se desconsiderado nesse cálculo, por distorção excessiva, a área do centro do Rio, onde moram cerca de 56 mil pessoas, mas centenas de milhares transitam diariamente.

Geografia da violência

Numa primeira abordagem, o gráfico 1 mostra o peso relativo de cada área no total de registros de sete tipos de ocorrências violentas durante o período de 2000 a 2005. Esses pesos se referem ao total estadual, e não ao total da Região Metropolitana, o que permite observar, também, a participação desta última no conjunto do estado.

Gráfico 1



Note-se que, em todos os tipos de ocorrências violentas selecionados, exceto lesão corporal dolosa, a Região Metropolitana concentra mais de 70% do total estadual, chegando a responder por mais de 95% no caso das mortes de civis por policiais e no de roubo de veículos.²¹ Observe-se, em seguida, que a Baixada, a Zona Norte 1 e 2, e a Zona Oeste estão entre as áreas com participação mais alta no número de quase todos os tipos de registros, embora possa variar a posição que cada

uma ocupa nesse *ranking* e possa haver, eventualmente, a inclusão de Niterói/São Gonçalo entre as primeiras posições. Salvo roubo a residência e lesão corporal dolosa, em todas as outras modalidades de violência consideradas, aquelas áreas respondem, juntas, por mais da metade do total estadual de registros no período 2000/2005 e, em dois casos (roubo de veículo e civis mortos pela polícia), chegam a representar quase 80% desse total. Finalmente, o gráfico acima também mostra que as menores participações nas ocorrências violentas cabem quase sempre às mesmas quatro áreas da cidade do Rio de Janeiro: Centro, Zona Sul, Ilhas e Barra/Jacarepaguá. A única exceção é roubo a residência, em que a Zona Sul tem uma participação mais expressiva, ocupando o 5º lugar entre as áreas consideradas. E, no caso de roubo a transeunte, mesmo situando-se entre as quatro áreas com menor participação no total estadual, os pesos da Zona Sul (7,9%) e do Centro (6,9%) também são bastante significativos.

Quando se desagregam mais os dados, aparece uma concentração espacial ainda maior: metade do total de homicídios dolosos no período 2000/2005 foi registrada em apenas 18 das 130 delegacias distritais existentes no estado; 52% dos autos de resistência e cerca de 50% dos registros de roubo de veículo vieram de 14 DPs; 49% do total de roubos a transeunte, de vinte DPs. Todas essas delegacias pertencem à Baixada Fluminense ou às zonas Norte e Oeste da capital (exceção feita unicamente à DP de Macaé, que figura em 17º lugar no registro de homicídios dolosos) e certamente contribuem para as elevadas participações dessas áreas no conjunto do estado.

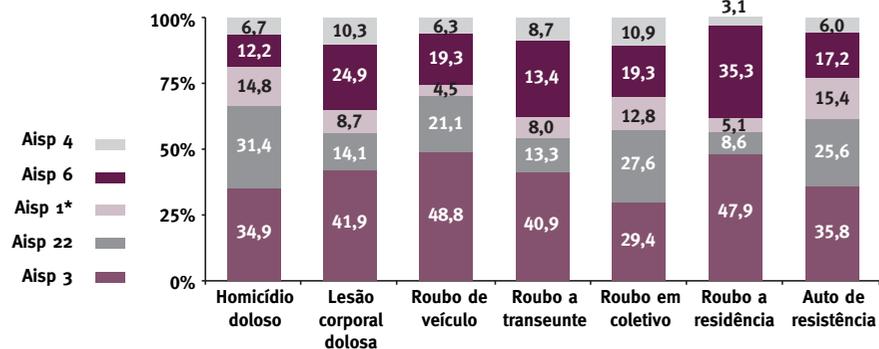
Se se considera somente a capital, onde há 39 delegacias distritais, também se evidencia uma forte concentração geográfica das ocorrências violentas: entre 2000 e 2005, 52% dos homicídios foram registrados em apenas 7 circunscrições e 70%, em 13 circunscrições; 53% dos roubos de veículos foram registrados em 10 delegacias e 52% dos roubos a transeunte, em 14 DPs. Excetuando-se as três delegacias do Centro (no caso dos roubos a transeunte), todas as DPs concentradoras dos tipos de registros mencionados pertencem às zonas Norte e Oeste da cidade.¹²

Houvesse dados ainda mais desagregados (por bairros, quarteirões, ruas), provavelmente se detectariam, dentro de cada área, pontos específicos com grandes concentrações de um ou de vários tipos de registros (*hot spots*). Mas, não se tendo acesso às informações necessárias para esse mapeamento mais fino, é importante ao menos apontar diferenças entre unidades geográficas menores no interior das grandes áreas aqui recortadas. O gráfico 2 reúne quatro exemplos, mostrando a existência de concentrações significativas de vários tipos de ocorrências por Aisps (Áreas Integradas de Segurança Pública), quer no interior das zonas mais violentas, como Norte 1, Norte 2 e Baixada, quer no das menos violentas, como a Zona Sul.¹³ O gráfico mostra ainda que, quando se examinam essas unidades espaciais menores, podem resultar diferentes *rankings* de participação, conforme o tipo de ocorrência – o que indica a necessidade de combinar a análise da distribuição espacial com a dos padrões e dinâmicas de cada modalidade específica de violência.

Gráfico 2

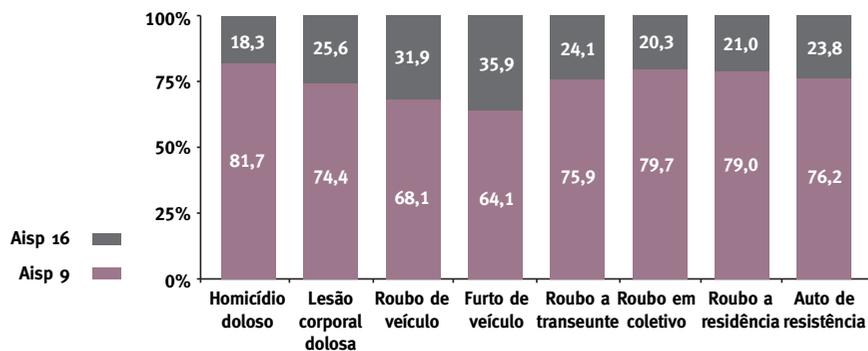
**OCORRÊNCIAS VIOLENTAS REGISTRADAS PELA POLÍCIA CIVIL:
PARTICIPAÇÃO DAS AISPS OU MUNICÍPIOS NO TOTAL DAS ÁREAS – 2000/2005 (EM %)**

2.a ZONA NORTE 1

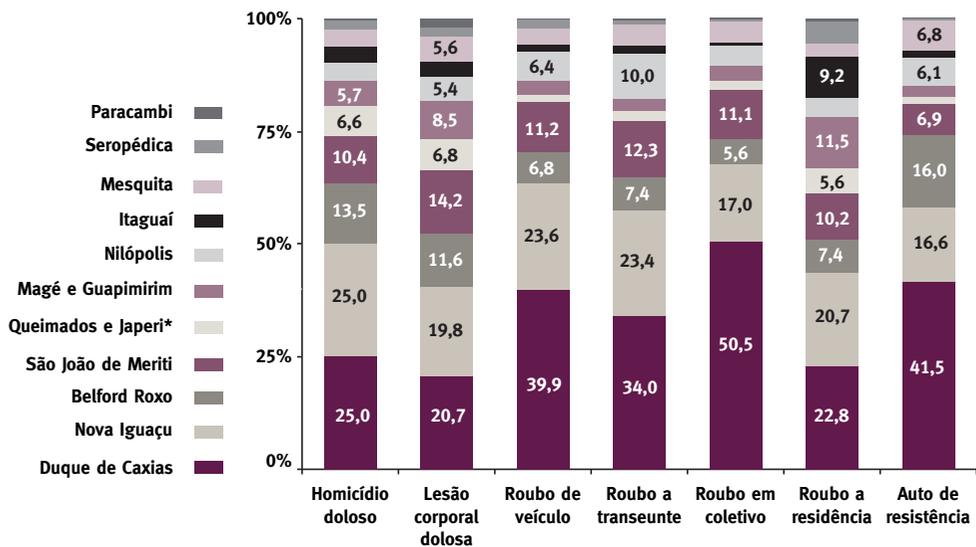


(*) Exceto 7ª DP (Santa Teresa)

2.b ZONA NORTE 2

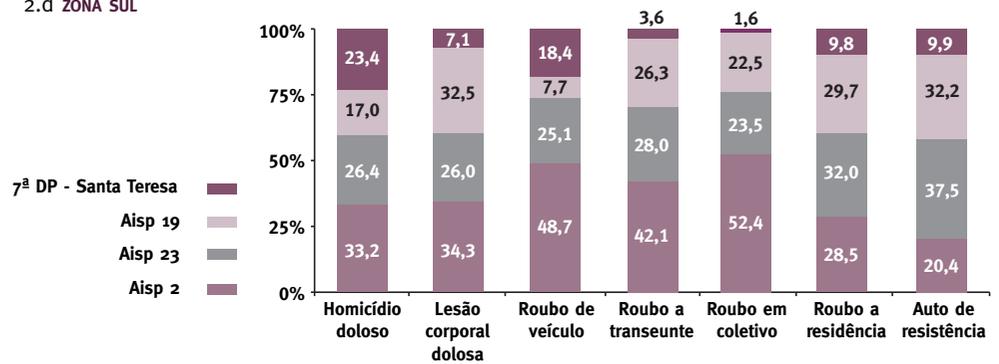


2.c BAIXADA



(*) A delegacia de Japeri (63ª DP) só foi desmembrada da de Queimados (55ª DP) em 2004.

2.d ZONA SUL



Além das participações percentuais de cada área, segundo cada tipo de registro, outros recursos para visualizar a desigualdade na distribuição espacial da violência são comparações entre médias anuais de registros (ou de vítimas); taxas por cem mil habitantes (nos crimes contra a pessoa); evolução do número de ocorrências e relação roubos/furtos de veículos. Faremos essas comparações a seguir, examinando, em primeiro lugar, os indicadores de violência letal e contra a integridade física (homicídios, lesões corporais e autos de resistência) e, em segundo, os de violência com fins lucrativos (roubos e relação roubos/furtos de veículos).

Contra a pessoa Entre 2000 e 2005, como se vê no gráfico 3a, a Baixada Fluminense registrou em média mais de 1900 homicídios dolosos por ano, o que significa uma média de 5 por dia e cerca de 23 vezes a média anual registrada na Zona Sul. Mesmo levando-se em conta a população de cada área (gráfico 3b), há poucas mudanças no *ranking* da violência letal e permanece uma grande distância entre as áreas situadas nos dois extremos: tanto na Zona Norte 2, como na Baixada e na Zona Oeste, a taxa média de homicídios por cem mil habitantes, ao longo do período em foco, correspondeu a 4 vezes ou mais a taxa média registrada na Zona Sul.

Gráfico 3

VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS DOLOSOS, POR ÁREAS – 2000/2005

3.a MÉDIA ANUAL DE VÍTIMAS

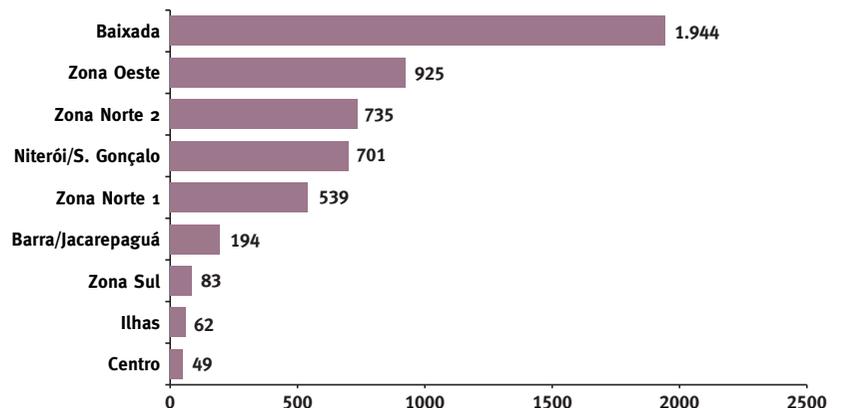
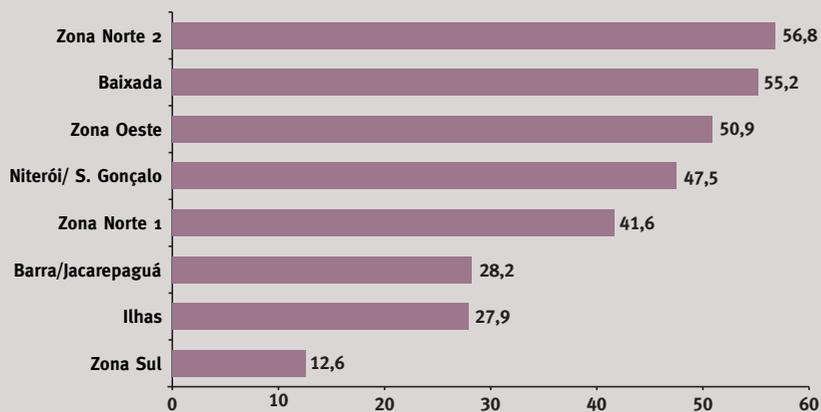


Gráfico 3

VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS DOLOSOS, POR ÁREAS – 2000/2005 (continuação)

3.b TAXA MÉDIA ANUAL POR CEM MIL HABITANTES*

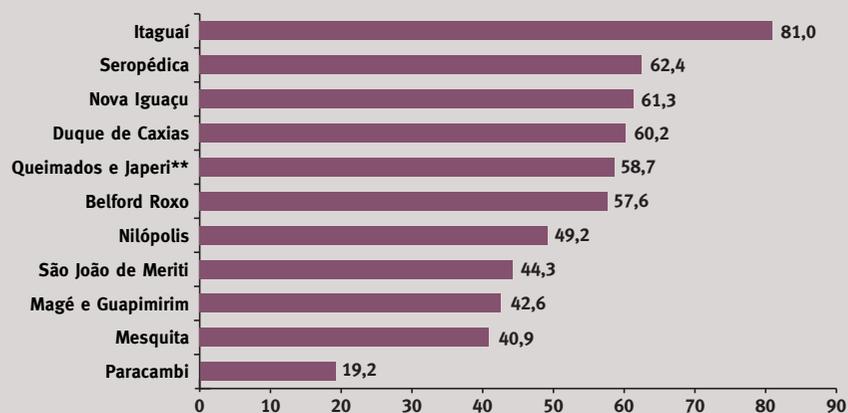


(*) (Média anual de vítimas / População média anual) X 100000. Foi excluída a região Centro.

No interior da Baixada também se verifica uma grande distância entre os extremos: como mostra o gráfico 4, a taxa média anual de homicídios dolosos no município mais violento (Itaguaí) foi 4 vezes a do menos violento (Paracambi). É de se notar, contudo, que os níveis de violência letal são muito elevados em todos os municípios da área e que, nesses seis anos, mesmo o menos violento deles teve uma taxa média por cem mil habitantes 52% maior que a observada na Zona Sul da capital.

Gráfico 4

MUNICÍPIOS DA BAIXADA: TAXA MÉDIA ANUAL DE HOMICÍDIOS DOLOSOS POR CEM MIL HABITANTES – 2000/2005*



(*) (Média anual de vítimas / População média anual) X 100000.

As estimativas populacionais por municípios utilizada nesse cálculo são da Fundação CIDE.

(**) A delegacia de Japeri (63ª DP) só foi desmembrada da de Queimados (55ª DP) em 2004.

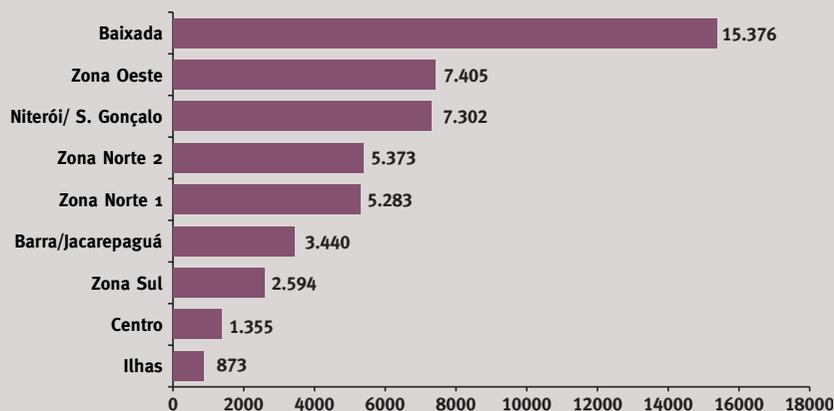
Já no caso das lesões corporais dolosas – lembrando que os dados do Isp não incluem as lesões registradas pelas Deams –, há uma gigantesca distância entre os extremos quando se consideram as médias anuais de ocorrências (gráfico 5a), mas não quando se comparam as taxas médias por

cem mil habitantes, que, ao contrário dos homicídios, apresentam uma distância relativamente pequena (28%) entre o topo e a base do *ranking* (gráfico 5b). Importa notar ainda que esse é o único *ranking* encabeçado por Barra/Jacarepaguá, uma das áreas menos violentas segundo outros indicadores considerados neste trabalho.

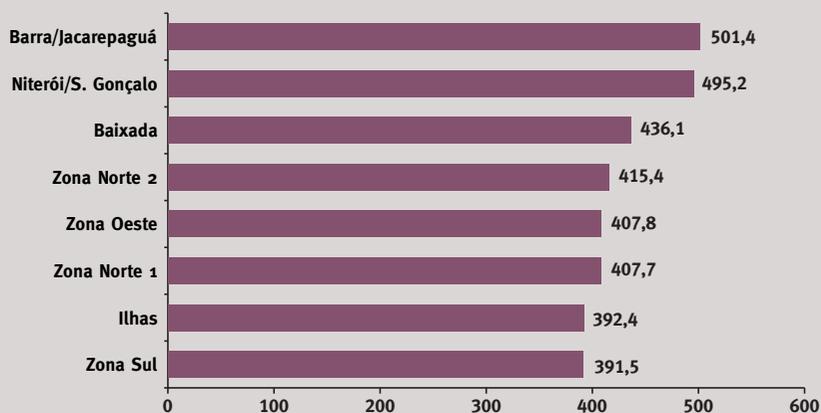
Gráfico 5

VÍTIMAS DE LESÃO CORPORAL DOLOSA, POR ÁREAS – 2000/2005

5.a MÉDIA ANUAL DE VÍTIMAS



5.b TAXA MÉDIA ANUAL POR CEM MIL HABITANTES*



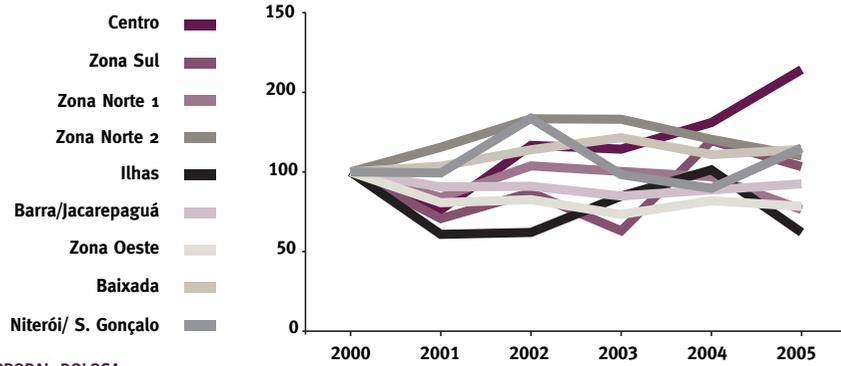
(*) (Média anual de vítimas / População média anual) X 100000. Foi excluída a região Centro.

Quanto à evolução local das ocorrências de homicídio e lesão (gráfico 6), constata-se que, a despeito de oscilações nos seis anos considerados, a maior parte das áreas terminou o período com um total de vítimas muito semelhante ao do ano inicial, vale dizer, sem uma tendência clara de elevação ou de queda. As exceções são a região Centro, onde os homicídios dolosos cresceram 64% entre 2000 e 2005, e a região das Ilhas, onde diminuíram 38%, mas, em ambos os casos, as variações percentuais se referem a números absolutos relativamente pequenos. De modo geral, portanto, os níveis de violência contra a pessoa, medidos por esses dois indicadores, não sofreram alteração muito significativa ao longo do período considerado.

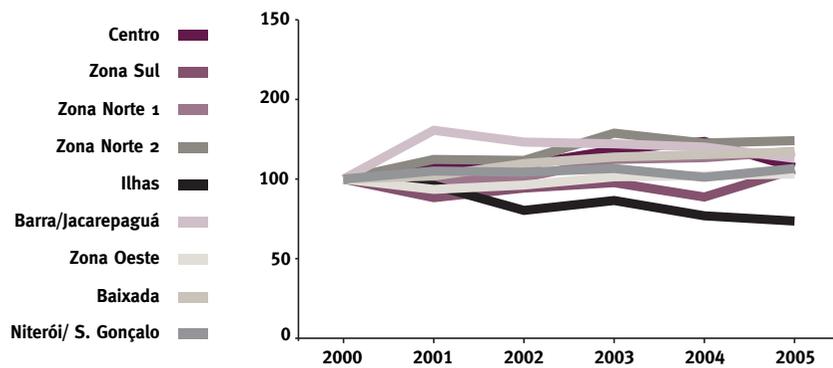
Gráfico 6

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS E LESÕES CORPORAIS – 2000/2005
(NÚMERO-ÍNDICE: 2000=100)

6.a HOMICÍDIO DOLOSO



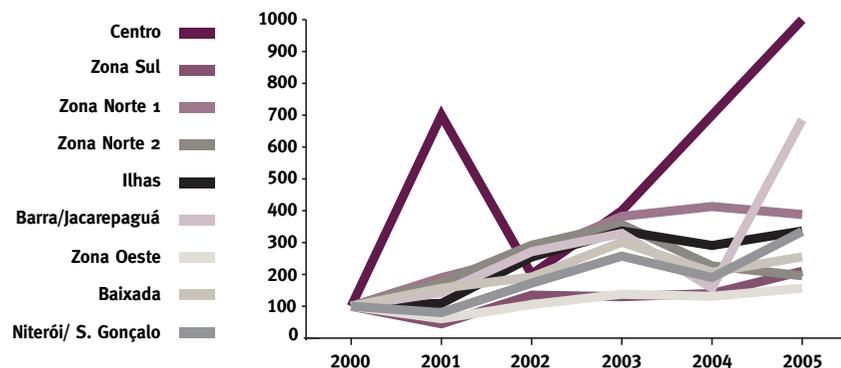
6.b LESÃO CORPORAL DOLOSA



O mesmo não se pode dizer das mortes de civis por policiais (gráfico 7), que apresentaram forte tendência ascendente nas nove áreas, tendo aumentado mais de 90% em todas elas (com a única exceção da Zona Oeste, onde os autos de resistência cresceram “apenas” 57%) e mais de 200% em cinco delas, das quais duas tiveram aumentos superiores a 500% (Barra/Jacarepaguá e Centro).

Gráfico 7

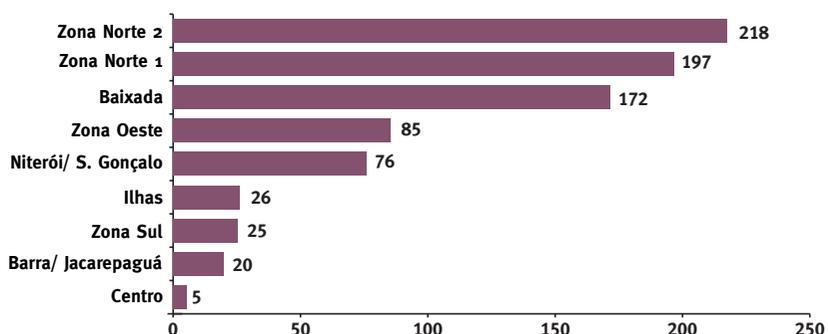
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CIVIS MORTOS PELA POLÍCIA EM AUTOS DE RESISTÊNCIA – 2000/2005
(NÚMERO-ÍNDICE: 2000=100)



Novamente, porém, as maiores percentagens de crescimento foram registradas em áreas com números absolutos comparativamente pequenos: no Centro, o salto percentual de 900% corresponde a um acréscimo de 1 para 10 autos de resistência e, na região Barra/Jacarepaguá, o acréscimo de 586% corresponde à passagem de 7 casos em 2000 para 48 em 2005. São aumentos dramáticos e espantosos, de qualquer modo, mas não se pode esquecer que em outras áreas, como Zona Norte e Baixada, os níveis de letalidade policial têm patamares muito mais altos, com médias anuais de mortes 8, 10 e até 40 vezes maiores do que nas regiões do Centro e da Barra (gráfico 8).

Gráfico 8

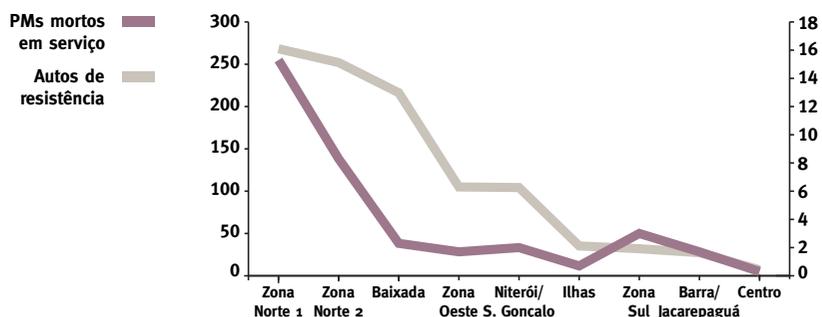
CIVIS MORTOS PELA POLÍCIA EM AUTOS DE RESISTÊNCIA – 2000/2005 – (MÉDIA ANUAL)



Ainda sobre esse indicador, é importante ressaltar a relação entre número de civis mortos pela polícia e de policiais mortos em serviço, embora só disponhamos desta última informação a partir do ano de 2003. A correlação espacial mostrada no gráfico 9, para o período 2003-2005, parece apoiar uma explicação muito comum no discurso da polícia: a letalidade e a vitimização policiais são maiores nas áreas mais violentas, porque nelas é mais duro o “combate” ao crime. Trata-se, porém, de uma meia-verdade, que omite outras causas prováveis, como a existência de diferentes orientações para a ação e diferentes subculturas policiais em diferentes zonas da cidade e da região metropolitana, conforme sejam áreas ricas ou pobres e segundo o capital social dos seus moradores. Vale dizer, os mesmos elementos que “atraem” a violência criminal para algumas áreas, mais do que para outras, possivelmente também funcionam como salvo-conduto para o uso extremado da força pela polícia, cujos efeitos são um altíssimo número de civis mortos e a exposição dos próprios policiais a um risco de morte muito elevado.¹⁴

Gráfico 9

CIVIS MORTOS PELA POLÍCIA EM AUTOS DE RESISTÊNCIA E POLICIAIS MILITARES MORTOS EM SERVIÇO – 2003/2005 – (MÉDIA ANUAL, EM DUAS ESCALAS)



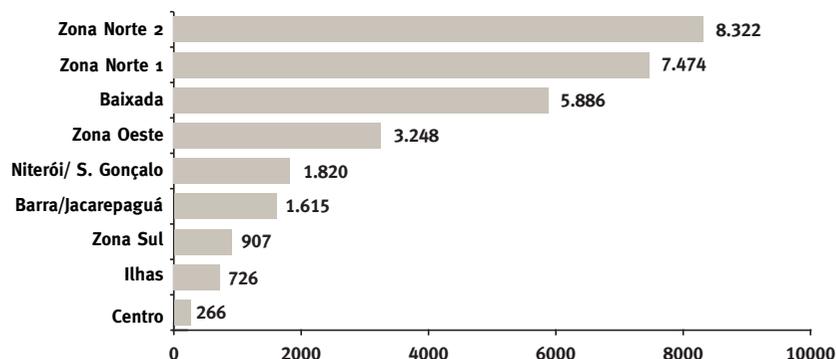
Contra o patrimônio

Examinando agora os 4 tipos de roubos escolhidos como indicadores de violência com fins lucrativos, nota-se-se que os *rankings* não diferem muito daqueles que se observam no caso da violência letal (gráfico 10): as mesmas áreas aparecem no topo (Zona Norte, Baixada, Zona Oeste e Niterói/S. Gonçalo), embora não necessariamente na mesma ordem, e as mesmas aparecem na base (Zona Sul, Centro, Ilhas e Barra/Jacarepaguá). Há apenas uma importante exceção, já indicada anteriormente, mas que vale a pena sublinhar outra vez, agora com base na média mensal de registros ao longo do período 2000-2005: é a posição da Zona Sul entre as áreas com maior número de roubos a residência nesse período, acima da Zona Norte 2 e da Zona Oeste.¹⁵

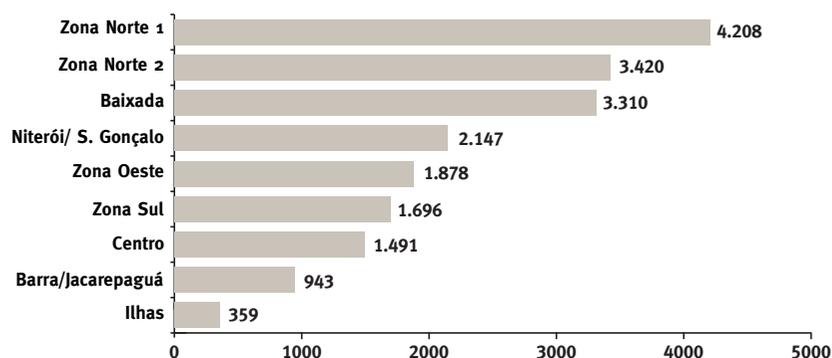
Gráfico 10

MÉDIA ANUAL DE REGISTROS DE ROUBO, POR TIPOS E ÁREAS – 2000/2005

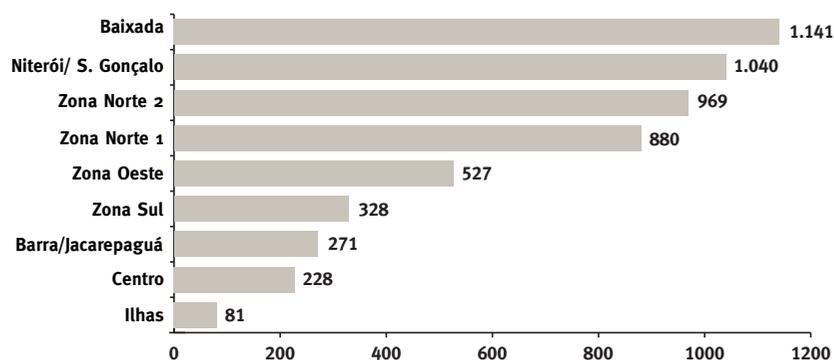
10.a ROUBO DE VEÍCULO



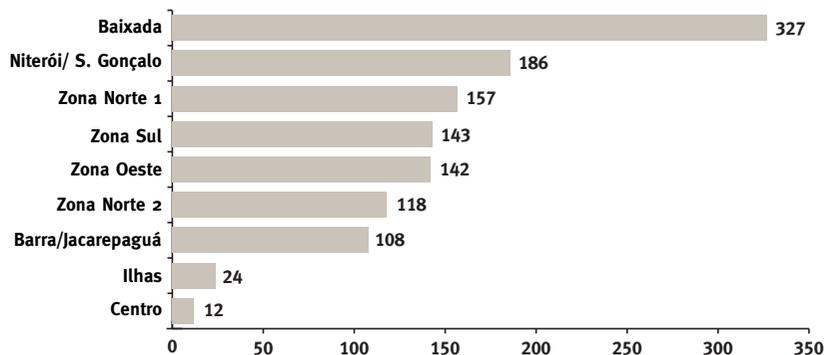
10.b ROUBO A TRANSEUNTE



10.c ROUBO EM COLETIVO



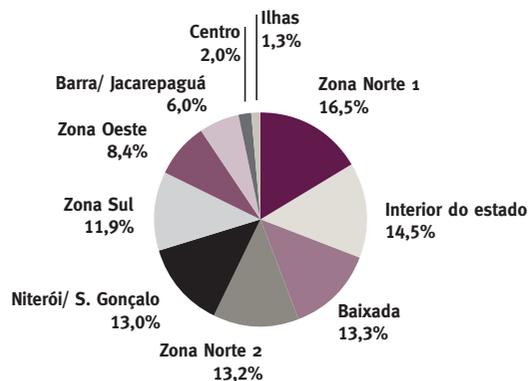
10.d ROUBO A RESIDÊNCIA



Antes de passarmos ao nosso 8º e último indicador (relação roubos/furtos de veículos), vale a pena observar a distribuição espacial dos furtos de veículo (crime não-violento) em si mesmos. Como mostra o gráfico 11, essa distribuição é bem mais “democrática” que a das ocorrências violentas focalizadas acima, sendo bem menor a distância que separa a Zona Sul de outras zonas da capital e da região metropolitana fluminense.

Gráfico 11

**FURTO DE VEÍCULO: PARTICIPAÇÃO DAS ÁREAS
NO TOTAL DE REGISTROS DO ESTADO – 2000 A 2005 (EM %)**



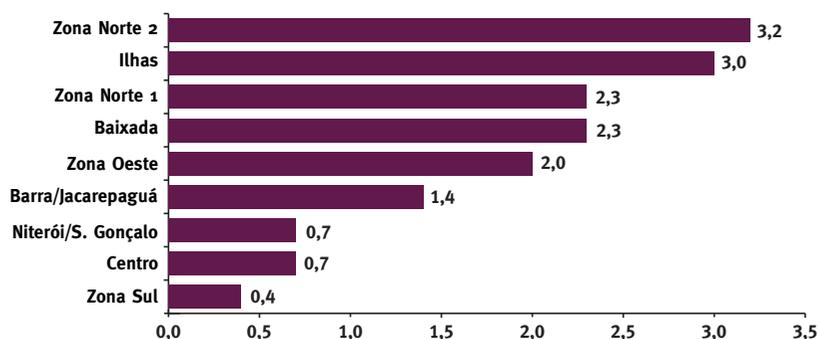
Mas, quando se examina a relação entre roubos e furtos, que expressa o “teor de violência” presente na subtração do mesmo tipo de bem, reaparece uma enorme diferença entre as áreas (gráfico 12): enquanto na Zona Norte 2 e nas Ilhas, durante o período 2000/2005, 3 ou mais veículos foram roubados para cada um furtado, na Zona Sul o número de roubos foi bem menor que o de furtos, isto é, usou-se relativamente menos violência do que em outras áreas para a apropriação criminosa de veículos automotores.

Isto não significa que os moradores da Zona Sul estejam necessariamente mais protegidos dessa modalidade de violência do que os habitantes de outras partes da RMRJ, pois podem sofrê-la deslocando-se de carro pelas ruas, vias expressas ou rodovias que atravessam as áreas mais violentas. Aliás, parece mesmo haver relação entre alta razão roubos/furtos de veículos e presença de grandes corredores viários (Linhas Vermelha e Amarela, Avenida Brasil, Rodovia Washington Luís, Avenida das

Américas) nas respectivas regiões. O que o gráfico realça é o mesmo que se procurou mostrar ao longo de todo o artigo: com poucas exceções, os indicadores apontam sempre as mesmas áreas como aquelas onde se concentram as ocorrências violentas, das quais são vítimas tanto os próprios moradores, quanto pessoas em trânsito, residentes em qualquer parte da Região Metropolitana. Seria de esperar, portanto, que convergissem para essas áreas os holofotes da mídia e a formulação de políticas efetivamente empenhadas em reduzir a violência. Mas, ao contrário, nas ações e reações das autoridades de segurança – pautadas, em larga medida, pela grande imprensa formadora de opinião –, não são elas, e sim as zonas “nobres” do Rio, que têm ocupado o centro das atenções.¹⁶

Gráfico 12

RELAÇÃO ROUBOS/FURTOS DE VEÍCULOS – 2000 A 2005



Comentários finais

Em síntese, o mapeamento da violência realizado com base em 7 tipos de ocorrências policiais mostra que:

- Salvo no caso das lesões dolosas, 70% a 95% do total estadual de registros se concentram na Região Metropolitana;
- As áreas da Baixada, da Zona Norte (1 e 2) e da Zona Oeste ocupam quase sempre os primeiros lugares nos *rankings* de ocorrências violentas, inclusive nos de crimes contra o patrimônio:
 - Entre 2000 e 2005, essas 4 áreas registraram 79% dos roubos de veículos do estado, 78% dos autos de resistência, 64% dos homicídios dolosos, 60% dos roubos a transeunte e 59% dos roubos em coletivo;
- Por sua vez, Zona Sul, Barra/Jacarepaguá, Ilhas e Centro aparecem sempre como as áreas menos violentas da RMRJ, exceto nos casos, respectivamente, de roubo a residência, lesão corporal dolosa, relação roubo/furto de veículos e roubo a transeunte;
- No município do Rio de Janeiro, 87% dos autos de resistência, 85% dos homicídios dolosos, 84% dos roubos de veículo, 72% dos roubos em coletivo, 68% dos roubos a transeunte, 61% das lesões corporais dolosas e 59% dos roubos a residência foram registrados por delegacias das zonas Norte e Oeste da cidade;

- Tanto no interior das áreas mais violentas como no das menos violentas, há concentrações significativas em determinadas Aisps e delegacias: na Zona Norte 2, por exemplo, 64% a 83% das ocorrências violentas foram registradas pelas DPs da 9ª Aisp; na Zona Sul, a 2ª Aisp é a que teve os maiores volumes de registros em 5 dos 7 tipos de ocorrências selecionados; na Baixada, os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu concentraram metade ou mais dos registros em 5 desses 7 tipos de ocorrências;
- De 2000 a 2005, a média anual de homicídios dolosos na Baixada correspondeu a 23 vezes a média anual da Zona Sul, e a taxa média anual de homicídios por cem mil habitantes na primeira região foi 4 vezes a registrada na segunda.
 - Dentro da Baixada, a taxa média anual de homicídios dolosos do município mais violento (Itaguaí) foi 325% maior que a do município menos violento (Paracambi), mas, ainda assim, a taxa média registrada neste último foi 52% superior à verificada na Zona Sul;
- Os níveis de letalidade policial na Baixada e na Zona Norte 1 e 2 (medidos pela média anual de autos de resistência) são 7 a 44 vezes mais altos do que na Zona Sul, no Centro e na região Barra/Jacarepaguá, embora, entre 2000 e 2005, o número de civis mortos pela polícia tenha crescido muitíssimo em todas as 9 áreas;
- Com apenas uma exceção (Ilhas), as áreas em que se observam altas relações entre roubo e furto de veículos – vale dizer, onde se usa mais violência na subtração de automóveis – são as mesmas que concentram quase todos os tipos de ocorrências violentas considerados.



A enorme desigualdade sócio-econômica entre distintas áreas da RMRJ muito provavelmente é um dos fundamentos da concentração espacial da violência. Desigualdade que se traduz em diferenças não só da renda média, como também de outras condições que, direta ou indiretamente, “protegem” contra a violência: educação, regularização fundiária, habitação formal, serviços urbanos formais, áreas de lazer, espaços culturais, iluminação pública e assim por diante. Traduz-se também na distribuição assimétrica do policiamento ostensivo, geralmente concentrado nas zonas mais ricas e com maior visibilidade social.¹⁷

Embora ainda não estejam disponíveis informações com o grau de desagregação necessário para se traçar uma geografia da violência mais precisa no Rio de Janeiro e correlacioná-la a indicadores de condições sócio-urbanas, esperamos ter demonstrado neste artigo a importância da análise espacial e da perspectiva comparativa para se conhecer e enfrentar os problemas de segurança. Esperamos ter deixado claro também a importância de uma visão metropolitana do Rio, não restrita à “cidade maravilhosa” dos moradores de classe média e alta, dos turistas e das belezas naturais, mas capaz de mobilizar interesse pelo que ocorre na “outra” cidade – aquela a que até o Cristo Redentor dá as costas, como lembra o verso de Chico Buarque citado em epígrafe ■

**GRANDES ÁREAS, ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA (AISPS), DELEGACIAS DISTRITAIS E BAIROS OU MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
(REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO – RECORTES ESPACIAIS VIGENTES EM 2005)**

GRANDES ÁREAS	AISPs	DELEGACIAS DISTRITAIS	CIRCUNSCRIÇÕES (BAIROS/MUNICÍPIOS)	
CENTRO	05 E 13	1ª DP (PRAÇA MAUÁ), 4ª DP (PRAÇA DA REPÚBLICA) E 5ª DP (MEM DE SÁ)	CENTRO, SAÚDE, GAMBOA, SANTO CRISTO	
ZONA SUL	01 (PARTE)	7ª DP (SANTA TERESA)	SANTA TERESA	
	02	9ª DP (CATETE)	FLAMENGO, GLÓRIA, LARANJEIRAS, COSME VELHO, CATETE	
		10ª DP (BOTAFOGO)	BOTAFOGO, HUMAITÁ, ÚRCA	
	19	12ª DP (LEME) E 13ª DP (COPACABANA)	LEME, COPACABANA	
	23	14ª DP (LEBLON)	IPANEMA, LEBLON	
15ª DP (GÁVEA)		LAGOA, JARDIM BOTÂNICO, GÁVEA, VIDIGAL, SÃO CONRADO, ROCINHA		
BARRA/ JACAREPAGUÁ	18	32ª DP (TAQUARA)	JACAREPAGUÁ, ANIL, GARDÊNIA AZUL, TAQUARA, CIDADE DE DEUS, CURICICA	
		41ª DP (TANQUE)	FREGUESIA (JACAREPAGUÁ), PECHINCHA, TANQUE, VILA VALQUEIRE	
	31	16ª DP (BARRA DA TIJUCA)	JÓIA, ITANHANGÁ, BARRA DA TIJUCA, CAMORIM, VARGEM PEQUENA, VARGEM GRANDE, RECREIO DOS BANDEIRANTES, GRUMARI	
ZONA NORTE 1	01 (PARTE)	6ª DP (CIDADE NOVA)	CATUMBI, RIO COMPRIDO, CIDADE NOVA, ESTÁCIO	
	03	23ª DP (MÉIER)	MÉIER, CACHAMBI	
		24ª DP (PIEDADE)	ABOLIÇÃO, PILARES, PIEDADE, ENCANTADO	
		25ª DP (ENGENHO NOVO)	JACAREZINHO, JACARÉ, RIACHUELO, ROCHA, SAMPAIO, SÃO FRANCISCO XAVIER, ENGENHO NOVO	
		26ª DP (ENCANTADO)	ENGENHO DE DENTRO, TODOS OS SANTOS, ÁGUA SANTA, LINS DE VASCONCELOS	
	44ª DP (INHAÚMA)	MARIA DA GRAÇA, DEL CASTILHO, ENGENHO DA RAINHA, TOMÁS COELHO, INHAÚMA		
	04	17ª DP (SÃO CRISTÓVÃO)	SÃO CRISTÓVÃO, MANGUEIRA, CAJU, VASCO DA GAMA	
06	18ª DP (PRAÇA DE BANDEIRA) E 19ª DP (TIJUCA)	PRAÇA DA BANDEIRA, MARACANÃ, TIJUCA, ALTO DA BOA VISTA		
	20ª DP (GRAJÁ)	VILA ISABEL, ANDARAÍ, GRAJÁ		
22	21ª DP (BONSUCESSO)	RAMOS, BENFICA, MARÉ, BONSUCESSO, HIGIENÓPOLIS, MANGUINHOS		
ZONA NORTE 2	09	27ª DP (VICENTE DE CARVALHO) E 40ª DP (HONÓRIO GURGEL)	VILA KOSMOS, VICENTE DE CARVALHO, VILA DA PENHA, VISTA ALEGRE, IRAJÁ, COLÉGIO, ROCHA MIRANDA, HONÓRIO GURGEL, COELHO NETO	
		28ª DP (CAMPINHO)	CAMPINHO, QUINTINO BOCAIÚVA, PRAÇA SECA, CASCADURA	
		29ª DP (MADUREIRA)	CAVALCANTI, ENGENHEIRO LEAL, MADUREIRA, VAZ LOBO, TURIACU	
		30ª DP (MARECHAL HERMES)	OSWALDO CRUZ, BENTO RIBEIRO, MARECHAL HERMES	
		39ª DP (PAVUNA)	ACARI, BARROS FILHO, COSTA BARROS, PAVUNA, PARQUE COLUMBIA	
	16	22ª DP (PENHA) E 38ª DP (IRAJÁ)	COMPLEXO DO ALEMÃO, OLARIA, PENHA, PENHA CIRCULAR, BRÁS DE PINA, CORDOVIL, PARADA DE LUCAS, VIGÁRIO GERAL, JARDIM AMÉRICA	
ILHAS	17	37ª DP (ILHA DO GOVERNADOR)	PAQUETÁ, RIBEIRA, ZUMBI, CACUIA, PITANGUEIRAS, PRAIA DA BANDEIRA, COCOTÁ, BANCÁRIOS, FREGUESIA (ILHA), JARDIM GUANABARA, JARDIM CARIOCA, TAIÁ, MONERÓ, PORTUGUESA, GALEÃO, CIDADE UNIVERSITÁRIA	
ZONA OESTE	14	31ª DP (RICARDO ALBUQUERQUE)	GUADALUPE, ANCHIETA, PARQUE ANCHIETA, RICARDO DE ALBUQUERQUE	
		33ª DP (REALENGO)	DEODORO, VILA MILITAR, CAMPO DOS AFONSOS, JARDIM SULCAP, MAGALHÃES BASTOS, REALENGO	
		34ª DP (BANGU)	PADRE MIGUEL, GERICINÓ, BANGU, SENADOR CAMARÁ	
	27	36ª DP (SANTA CRUZ)	PACIÊNCIA, SANTA CRUZ, SEPETIBA	
	39	35ª DP (CAMPO GRANDE)	SANTÍSSIMO, CAMPO GRANDE, SENADOR VASCONCELOS, INHOAÍBA, COSMOS	
43ª DP (GUARATIBA)		GUARATIBA, BARRA DE GUARATIBA, PEDRA DE GUARATIBA		
BAIXADA	15	59ª DP (DUQUE DE CAXIAS), 60ª DP (CAMPOS ELÍSEOS), 61ª DP (XERÉM) E 62ª DP (IMBARIÉ)	DUQUE DE CAXIAS	
		20	52ª DP (NOVA IGUAÇU), 56ª DP (COMENDADOR SOARES) E 58ª DP (POSSE)	NOVA IGUAÇU
			53ª DP (MESQUITA)	MESQUITA
	57ª DP (NILÓPOLIS)		NILÓPOLIS	
	21	64ª DP (VILAR DOS TELES)	SÃO JOÃO DE MERITI	
	24	48ª DP (SEROPÉDICA)	SEROPÉDICA	
		50ª DP (ITAGUAÍ)	ITAGUAÍ	
		51ª DP (PARACAMBI)	PARACAMBI	
		55ª DP (QUEIMADOS)	QUEIMADOS	
		63ª DP (JAPERI)	JAPERI	
34	65ª DP (MAGÉ) E 66ª DP (PIABETÁ)	MAGÉ E GUAPIMIRIM		
40	54ª DP (BELFORD ROXO)	BELFORD ROXO		
NITERÓI/ S. GONÇALO	07	72ª DP (SÃO GONÇALO), 73ª DP (NEVES), 74ª DP (ALCANTARA) E 75ª DP (RIO DO OURO)	SÃO GONÇALO	
		76ª DP (NITERÓI-CENTRO), 77ª DP (ICARAÍ), 78ª DP (FONSECA), 79ª DP (JURUJUBA) E 81ª DP (ITAIPU)	NITERÓI	
		82ª DP (MARICÁ)	MARICÁ	

TOTAL DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELA POLÍCIA CIVIL – 2000/2005
(NÚMEROS ABSOLUTOS)

	HOMICÍDIO DOLOSO	ROUBO DE VEÍCULO	FURTO DE VEÍCULO	ROUBO A TRANSEUNTE	ROUBO EM COLETIVO	ROUBO A RESIDÊNCIA	LESÃO CORPORAL DOLOSA	AUTO DE RESISTÊNCIA
ZONA SUL	500	5.441	13.948	10.173	1.969	859	15.564	152
CENTRO	295	1.597	2.369	8.943	1.370	72	8.132	31
ZONA NORTE 1	3.235	44.843	19.359	25.245	5.278	939	31.696	1.180
ZONA NORTE 2	4.411	49.934	15.469	20.521	5.814	708	32.239	1.305
ZONA OESTE	5.551	19.485	9.894	11.265	3.161	852	44.432	512
BARRA/JACAREPAGUÁ	1.161	9.688	7.049	5.660	1.627	646	20.641	118
NITERÓI/S. GONÇALO	4.206	10.918	15.247	12.879	6.241	1.115	43.810	454
BAIXADA	11.666	35.316	15.626	19.861	6.846	1.963	92.257	1.030
ILHAS	372	4.357	1.476	2.154	485	145	5.236	157
INTERIOR DO ESTADO	7.620	8.351	16.995	12.289	3.182	2.769	141.555	256
TOTAL ESTADUAL	39.017	189.930	117.432	128.990	35.973	10.068	435.562	5.195

Notas

1. Ver, por exemplo, MUSUMECI, Leonarda. Violência, criminalidade e segurança. In: *Relatório de Desenvolvimento Humano do Município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA e Prefeitura Municipal, 2000 (disponível em http://www.ucamcesec.com.br/pb_txt_dwn.php#rdhrio); CANO, Ignacio e SANTOS, Nilton. *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro, Sete Letras, 2001; BEATO, Cláudio. “Crime e políticas sociais na América Latina”. Belo Horizonte, *Informativo CRISP/UFMG*, ano 0, nº 1, dezembro de 2001; MUSUMECI, Leonarda, Homicídios no Rio de Janeiro: tragédia em busca de políticas. *Boletim Segurança e Cidadania*, ano 1, nº 2, julho de 2002; KAHN, Tulio. Taxa de Homicídio por setor censitário no município de São Paulo. *Estudos Criminológicos*, 4, São Paulo, Coordenadoria de Análise e Planejamento/SSP-SP, fevereiro de 2005.

2. Segundo dados, respectivamente, de estudo do Home Office sobre homicídios na Inglaterra e Gales, no ano fiscal 2003-2004 (<http://www.homeoffice.gov.uk/rds/pdfsos/hosbo2005.pdf>) e do FBI / Uniform Crime Reports (<http://www.fbi.gov/ucr>). É importante lembrar que, no interior do que estamos chamando de “Zona Sul”, encontram-se as áreas mais ricas da RMRJ, mas também numerosas favelas, e que, até o momento, não é possível calcular separadamente as taxas de homicídio das áreas de “favelas” e das de “asfalto” (ver, abaixo, algumas notas sobre as limitações dos dados disponíveis e, em anexo, o detalhamento dos recortes geográficos adotados neste trabalho).

3. <http://www.ucamcesec.com.br>, seção “Estatísticas de segurança/RJ”.

4. <http://www.isp.rj.gov.br>.

5. Por razões editoriais, esse projeto sofreu várias mudanças e resultou em uma seqüência de matérias publicadas na própria editoria Rio, sob o título geral de “Geografia da violência”, contemplando apenas cinco das 10 áreas e apresentando, na reportagem de abertura, alguns dos dados comparativos produzidos pelo CESeC (O Globo, 14 a 18 de maio de 2006). Além das áreas cobertas pelos cadernos Serra e Ilha, foram excluídas as da Baixada, da Zona Oeste e da região de subúrbios que apelidamos de Zona Norte 2, justo aquelas que aparecem nos primeiros lugares em quase todos os *rankings* de criminalidade e violência. Entretanto, como repercussão a esse conjunto de matérias, os cadernos O Globo Zona Oeste e O Globo Baixada chegaram a publicar alguns dos dados específicos das áreas, respectivamente nos dias 21 e 28 de maio de 2006.

6. Esse tipo de enfoque, embora com outra delimitação das áreas e restrito à cidade do Rio de Janeiro, foi utilizado anteriormente no capítulo “Violência, criminalidade e segurança” do Relatório de Desenvolvimento Humano do Município, elaborado em 1999, com dados até 1998 (Musumeci, L., op. cit.). Uma pesquisa mais recente, coordenada por David Morais, compara a incidência de registros de roubos em grandes áreas da cidade do Rio, no período 2002-2003, mas também utiliza recortes espaciais diferentes dos adotados aqui. Cf. *Roubos na cidade do Rio de Janeiro. Uma análise locacional*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal/Databrasil – Senasp, dezembro de 2005 [disponível em http://www.mj.gov.br/senasp/pesquisas_aplicadas/anpocs/roubos_cidad_rio_david.htm].

7. Sobre as motivações e os critérios de redesenho das áreas policiais, ver MUSUMECI, Leonarda (coord.). *Segurança pública no Rio de Janeiro*. Relatório final de pesquisa, cap. 5: Gestão integrada da ordem pública: possibilidades, dificuldades e perspectivas atuais no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Instituto de Economia da UFRJ, Mare-Capes-Finep-CNPq, 2000 (disponível no site do CESeC, página http://www.ucamcesec.com.br/cor.php?cod_proj=4)
8. Um dos poucos estudos recentes que utilizaram microdados da Polícia Civil, abrangendo todas as delegacias distritais e especiais, mostra que 1/3 do total de registros de estupro, entre 2001 e 2003, foi feito nas 9 Deams então existentes no estado (cf. Moraes, Aparecida Fonseca; Soares, Bárbara Musumeci e Conceição, Greice Maria S. da. Crimes sexuais no estado do Rio de Janeiro - 2001 A 2003. *Boletim Segurança e Cidadania*, ano 4, nº 9, julho de 2005).
9. O fato de trabalharmos, neste estudo, com o total de ocorrências registradas em seis anos (ou com a média anual do período) reduz o efeito de oscilações temporais nas taxas de notificação, mas não elimina o das possíveis oscilações entre diferentes áreas da RMRJ.
10. A última pesquisa de vitimização feita na cidade do Rio de Janeiro, em 2002, estimou uma taxa de 99% de notificação à polícia dos roubos e furtos de automóveis. Possivelmente há algum exagero nessa percentagem, resultante do pequeno tamanho da amostra, mas, de qualquer modo, vale contrastá-la às baixas taxas de notificação dos roubos e furtos em geral, estimadas pela mesma pesquisa (respectivamente, 24% e 12%). Cf. Ilanud, Fia/Usp e Gabinete de Segurança Institucional, *Pesquisa de Vitimização 2002 e Avaliação do Plano de Prevenção da Violência Urbana – PIAPS* [disponível no site brasileiro do Ilanud: www.ilanud.org.br].
11. Ainda assim, chama atenção a alta participação do interior no total de homicídios dolosos (19,5%), uma participação que cresceu muito nos últimos anos, mas que está concentrada, essencialmente, em quatro Aisps – a 25 (Região dos Lagos), a 28 (Barra Mansa/Volta Redonda), a 32 (Macaé/Rio das Ostras) e a 35 (Itaboraí/Rio Bonito) –, responsáveis, juntas, por 10,8% dos homicídios do estado no período de 2000 a 2005.
12. As proporções por delegacias do estado e da capital, foram calculadas a partir de um conjunto de planilhas disponível para download na seção de estatísticas do site do CESeC, sob o título “Distribuição das ocorrências policiais ano a ano – 2000/2005” (http://www.ucamcesec.com.br/est_seg_esp.php).
13. Ver, no anexo 1, a relação completa de delegacias policiais e bairros contidos em cada Aisp.
14. Ver, sobre esse tema, CANO, Ignacio. Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER, 1997; CANO, Ignacio. O uso da força letal pela polícia do Rio de Janeiro: os fatos e o debate. Archè, Ano VII, nº 19, 1998; MUNIZ, Jacqueline e SOARES, Barbara Musumeci. *Mapeamento da vitimização dos policiais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ISER/UNESCO/Ministério da Justiça, 1998; RAMOS, Sílvia e MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito. Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
15. Se considerássemos a taxa média do período, ponderada pela população (o que faz algum sentido no caso de roubos a residência, mas não no dos demais tipos de roubo), a Zona Sul apareceria em primeiro lugar, com 21,6 roubos por cem mil habitantes, seguida do Centro (com 20,4 por cem mil) e da região Barra/Jacarepaguá (com 15,7).
16. Dados preliminares da pesquisa *Mídia e violência (2ª etapa)*, desenvolvida pelo CESeC com apoio da União Européia, indicam que a região Zona Sul/Barra da Tijuca é o foco geográfico mais freqüente das reportagens, colunas e artigos que tratam da violência nos grandes jornais do estado do Rio, enquanto a Baixada, a Zona Norte e a Zona Oeste têm uma participação pequena, totalmente desproporcional aos seus respectivos pesos nos registros policiais de ocorrências violentas.
17. Como já dito, a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro deixou há algum tempo de informar o número de policiais por circunscrição, logo não há dados recentes sobre cobertura policial nas diversas áreas. Em dois estudos anteriores, com dados de 1998 e 1999, mostramos que, no município do Rio, os efetivos, tanto da PM, quanto da Guarda Municipal estavam distribuídos de forma extremamente assimétrica, com relações habitantes/policial e habitantes/guarda muito mais baixas na Zona Sul do que nas demais regiões da cidade (MUSUMECI, Leonarda (coord.). *Segurança pública no Rio de Janeiro, 2000, op. cit. e Violência, criminalidade e segurança, Relatório de Desenvolvimento Humano do Município do Rio de Janeiro, op. cit.*). Em setembro de 2001, a própria SSP revelou que as AISPs 23 (Leblon/Ipanema/Gávea/Lagoa/Jardim Botânico) e 19 (Copacabana/Leme) continuavam tendo índices de cobertura policial militar muito superiores às de outras áreas do município do Rio (informações publicadas na matéria “A má distribuição da segurança”, em *O Globo*, 02/09/2001, p. 14. A mesma matéria apontava uma relação de guardas municipais por cem mil habitantes três vezes maior na Zona Sul do que nas Zonas Norte e Oeste da cidade).

**CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES**

Rua da Assembléia, 10, sala 810 - Centro - RJ - CEP: 20011-901 - Telefax: (21)2531-2033
email: cesec@candidomendes.edu.br - www.ucamcesec.com.br

APOIO INSTITUCIONAL



FUNDAÇÃO FORD

APOIO À PUBLICAÇÃO



CONSULADO BRITÂNICO
RIO DE JANEIRO

PROJETO GRÁFICO
Anna Amendola
www.nitadesign.com.br